



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

“Life sentence”: Disputing (other) meanings about hiv/aids in the context of activism

Esmael Alves de Oliveira¹

Gabriel Luis Pereira Nolasco²

Marcos Nascimento³

Resumo: O artigo busca analisar as tensões entre os discursos biomédicos e a luta pela autodeterminação e pelo reconhecimento das pessoas que vivem com hiv/aids (PVHA). Com base em uma incursão narrativa, e adotando uma perspectiva interdisciplinar, que integra Saúde Coletiva, Ciências Sociais e Psicologia, discute-se como o saber médico, de modo geral, e a epidemiologia, em particular, produzem regimes de verdade sobre sujeitos, práticas e condições de saúde. Ao explorar a produção acadêmica e política de diversos atores envolvidos na luta por direitos em saúde no Brasil, como ativistas, pessoas que vivem com hiv e pesquisadores, o texto busca tensionar os dispositivos produtores de “morte civil”, destacando a importância da mobilização, da solidariedade e da afirmação da vida.

Palavras-chave: hiv/aids. Ativismos. Direitos. Reconhecimento. Despatologização.

Abstract: This article seeks to analyze the tensions between biomedical discourses and the struggle for self-determination and recognition of people living with hiv/aids (PLWHA). Based on a narrative incursion, and adopting an interdisciplinary perspective, which integrates Public Health, Social Sciences and Psychology, we discuss how medical knowledge, in general, and epidemiology, in particular, produce regimes of truth about subjects, practices and health status. By exploring the academic and political production of various actors involved in the struggle for health rights in Brazil, such as activists, people living with hiv, and researchers, the text seeks to challenge the mechanisms that produce “civil death,” highlighting the importance of mobilization, solidarity, and the affirmation of life.

Keywords: HIV/AIDS. Activism. Rights. Recognition. Depathologization.

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Docente Adjunto na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Atualmente encontra-se realizando estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz, com bolsa de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Pesquisador vinculado ao GENSEX - Núcleo de Estudos sobre Gênero, Sexualidade e Saúde (CNPq/Fiocruz). ORCID: [0000-0002-9235-5938](https://orcid.org/0000-0002-9235-5938) - E-mail: esmael.oliveira@live.com.

² Doutor em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Consultor Técnico no Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste - IBISSCO. ORCID: [0000-0002-3828-7014](https://orcid.org/0000-0002-3828-7014) - E-mail: nolasco.gabriel@gmail.com.

³ Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. Coordenador do GENSEX - Núcleo de Estudos sobre Gênero, Sexualidade e Saúde (CNPq/Fiocruz). ORCID: [0000-0002-3363-4232](https://orcid.org/0000-0002-3363-4232) - E-mail: m2nascimento@gmail.com.



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

Introdução

Este artigo é tecido a seis mãos e se localiza a partir de diferentes pertencimentos acadêmicos, institucionais e ativistas de seus autores e seus respectivos vínculos diretos e indiretos com a temática do hiv/aids⁴. O primeiro, um homem gay, branco, cis, 39 anos, psicólogo e antropólogo, professor universitário, pós-doutorando interessado em compreender a relação entre masculinidades, curso de vida e hiv/aids. O segundo, um homem gay, branco, cis, 33 anos, psicólogo, ativista, assessor de projetos no Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste (IBISS/CO), organização da sociedade civil (OSC) voltada à garantia dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos e engajada acadêmica e politicamente com o hiv/aids. O terceiro, um homem gay, branco, cis, de meia idade, psicólogo e sanitarista engajado em projetos e pesquisas em torno da saúde masculina.

Desde esses nossos lugares, experiências e trajetórias, temos tensionado os saberes-poderes que buscam estabelecer regimes de verdade e governamentalidade sobre corpos e condutas, cujos efeitos resultam em processos de patologização, sofrimento, discriminação e exclusão (Foucault, 1999, 1979). É preciso afirmar que a trajetória histórica do enfrentamento ao hiv/aids no Brasil revela uma complexa disputa de sentidos sobre o corpo e a vida – o que recai em processos de estigma e discriminação, atravessados por discursos biomédicos, políticas públicas e ativismos (Daniel, 2021; Daniel & Parker, 2018; Jardim, 2019).

Assim, nosso artigo, a partir de uma incursão narrativa, se propõe a analisar essas tensões à luz de uma perspectiva interdisciplinar, em que se cruzam as Ciências Sociais, a Saúde e os Direitos Humanos. Inspirados na obra publicada em 2020 – e em sua terceira edição – pela infectologista e ativista dra. Marcia Rachid (2024), *Sentença de vida: histórias e lembranças – a jornada de uma médica contra o vírus que mudou o mundo*, e nas contribuições de Herbert Daniel (2021) e Herbert Daniel & Richard Parker (2018), além de alguns outros trabalhos contemporâneos (Nolasco, 2024; Corrêa Junior, 2023),

⁴ Ao longo de todo o manuscrito utilizaremos a sigla hiv/aids em minúsculo para ressaltar sua condição de artefato cultural e político. Quando se tratar de trechos de obras ou documentos oficiais, respeitaremos a grafia conforme constar no original.



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

este artigo busca refletir sobre como os discursos biomédicos, frequentemente limitados à dimensão da ciência biomédica, especialmente dos discursos da medicina patologizante, são desafiados e ressignificados por pessoas que vivem com hiv, ativistas e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que há décadas – nos últimos quarenta anos – lutam pelos direitos das pessoas vivendo com hiv (PVHA).

O nosso compromisso com os direitos humanos e a garantia de políticas públicas inclusivas e equitativas para as PVHA é central para a análise. A luta contra a sorofobia – tanto em suas expressões institucionais quanto relacionais – mostra-se indispensável na construção de um olhar que vai além do diagnóstico, que enxerga o corpo-sujeito não como um objeto de controle, mas como uma subjetividade que demanda respeito e dignidade, isto é, no alcance de estratégias que reconheçam de modo interseccional os efeitos das desigualdades sociais e os impactos que Vera Paiva & José Ricardo Ayres (2023, p. 1) reconhecem como sendo “[...] os processos pelos quais as tecnologias de prevenção são concebidas, produzidas e distribuídas”.

Neste sentido, desejamos evidenciar também a importância do protagonismo de OSCs e ativistas que, nos últimos quarenta anos, vêm produzindo militância e resistência ao longo da história brasileira e têm tensionado preconceitos e discriminações, reafirmando a centralidade dos direitos humanos no campo da saúde pública e coletiva. As experiências singulares e coletivas desses corpos, ao longo de mais de quatro décadas de enfrentamento à epidemia, nos ajudam a entender que as desigualdades estruturais afetam as populações de maneiras distintas. Para superar as iniquidades sociais e de saúde e garantir um acesso mais equitativo às políticas públicas, é crucial (re)conhecer como se produzem essas vulnerabilidades. Nesse contexto, a participação social foi e continua sendo essencial para compreender e definir respostas eficazes à epidemia, contribuindo diretamente para a construção de políticas mais inclusivas e justas (Seffner & Parker, 2016).

Nesse escopo, as Ciências Humanas e Sociais desempenham um papel fundamental, especialmente ao questionarem os limites do discurso biomédico e ao promoverem uma abordagem despatologizante de processos de saúde e doença,



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

sexualidade e da vida. Acreditamos que o diálogo entre a Saúde Coletiva, as Ciências Sociais e a Psicologia podem contribuir com a construção de novas formas de compreender as experiências e vivências com/no hiv que não se restringem a um diagnóstico clínico; isto é, uma sentença de morte. Ao contrário, há sempre sentenças de vida, mas se abre para uma disputa mais ampla por sentidos de vida, cidadania e dignidade (Duarte & Rohden, 2019; Rachid, 2024).

O artigo é composto por duas seções. Na primeira, apresentamos brevemente as trajetórias do sociólogo Herbert Daniel, guerrilheiro e ativista brasileiro que marcou sua trajetória em várias frentes de luta: resistência à ditadura militar e, posteriormente, nos direitos da PVHAs; e da médica epidemiologista Marcia Rachid, cujas biografias foram (e, no caso de Marcia, continua) marcadas pela luta pelos direitos das pessoas que vivem com hiv/aids no Brasil. À luz de tal ativismo e de suas respectivas produções bibliográficas, buscamos tencionar o saber-poder biomédico e sua vontade de verdade sobre (nossos) corpos, desejos e condições de saúde.

Na segunda parte, sustentados na produção de pesquisadores-ativistas atuais, somos provocados a pensar quais outros sentidos e saberes emergem do campo das experiências em torno do hiv/aids e que tecem não sentidos de morte (“morte civil”), mas de vida (Daniel, 2021).

Nas considerações finais, buscamos tecer algumas apostas e urgências, inspirados pela luta política e do ativismo de Daniel e Rachid. A desmistificação da doença e do tratamento como prevenção, na quinta década da epidemia, revela não apenas um valor simbólico, mas também um valor real e significativo na vida das PVHA.

Quando a vida é maior do que a morte: mãos dadas entre Herbert Daniel & Marcia Rachid

Herbert Daniel (1946-1992) foi um sociólogo, escritor, jornalista e ativista brasileiro, cuja trajetória política começou como militante de esquerda durante a ditadura militar⁵. Ao longo dos anos 1960 e 1970, envolveu-se em movimentos de

⁵ Ver: James Green (2018) como uma referência analítica para a história de Herbert Daniel.



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

resistência armada, sendo perseguido e forçado ao exílio. Posteriormente, ao contrair hiv/aids, ele enfrentou um novo estigma, dessa vez ligado à doença, que o colocou novamente à margem, em um contexto de forte preconceito e discriminação. No entanto, foi na década de 1980, ao se descobrir hiv positivo, que ele se tornou uma figura de grande relevância na luta pelos direitos das PVHA.

Em um período marcado pelo *boom* da aids, quando o discurso médico e midiático dominante associava a doença a uma sentença de morte e à punição moral de minorias sexuais (Jardim, 2019), Herbert Daniel adotou uma postura radicalmente contrária. Ele enfatizava a afirmação da vida e a necessidade de romper com o estigma que relegava as PVHA a uma condição de isolamento e marginalização – o que chamou de “morte civil”. Para Daniel, a luta contra a aids não era apenas pela saúde física, mas por dignidade, cidadania e reconhecimento, especialmente para as populações mais vulnerabilizadas, como gays, usuários de drogas e profissionais do sexo.

Sua obra mais significativa nesse contexto foi *Vida antes da morte* (2021), publicada ainda na década de 1980, na qual ele propunha uma reflexão profunda sobre a vivência com o vírus hiv. O livro desafiava a narrativa fatalista da época, defendendo que, apesar do diagnóstico, a vida continuava sendo digna de ser vivida com plenitude, o que incluía o direito ao afeto, à sexualidade e à participação ativa na sociedade.

Além de sua produção intelectual, Daniel foi cofundador, junto da médica infectologista Marcia Rachid, da ONG *Pela Vidda* (*Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids*) em 1989. A ONG foi pioneira na defesa dos direitos das pessoas vivendo com hiv/aids no Brasil, oferecendo não apenas apoio emocional e psicológico, mas também lutando por políticas públicas inclusivas, acesso a medicamentos e tratamento igualitário, oferecidos gratuitamente anos depois pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O *Pela Vidda* ajudou a transformar o cenário da luta contra a aids no país, desafiando preconceitos e reivindicando um lugar de dignidade para as PVHA numa época em que a doença ainda carregava um forte estigma.



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

Herbert Daniel, com sua visão integradora e afirmativa, foi essencial para a reconfiguração da representação social da aids no Brasil, e seu legado permanece como uma referência importante na luta pelos direitos humanos e pela saúde pública.

Parceira de primeira hora de Herbert Daniel, Marcia Rachid o acompanhou arduamente em sua luta por direitos e dignidade. Na obra *Sentenças de vida* (2024), a médica epidemiologista compartilha suas memórias de um tempo em que precisou atuar na linha de frente no atendimento dos primeiros casos de infecção por hiv no Rio de Janeiro. A partir de um relato bastante sensível e comovente, Marcia relata as agruras de um tempo marcado por muito desconhecimento e mais ainda por muito estigma e preconceito. Se foram inúmeras as perdas em decorrência da aids, marcadamente pelo descaso do Estado em responder às urgências da época, maiores foram ainda as mortes sociais (ainda que persistam) a que inúmeros anônimos e anônimas foram submetidos e submetidas não apenas por falta de informação ou conhecimento, mas por puro preconceito.

Passava das 20 horas quando o telefone tocou. Foi uma surpresa ouvir a voz de Herbert Daniel, jornalista, sociólogo, escritor e militante na luta pelos direitos humanos, convidando para uma reunião. O objetivo era criar um grupo com pessoas que viviam com o vírus, seus familiares e amigos, profissionais de saúde e quem mais quisesse enfrentar o preconceito. Uma nova fase estava por vir. Marcamos na casa do Jardim Botânico, na antiga sede da Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids), fundada e presidida por Herbert de Souza, o Betinho. Como Herbert Daniel também era membro da associação, as portas estavam abertas e, durante os primeiros anos, foi lá a sede do Grupo Pela Vidda (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids). O grupo foi oficialmente criado em 24 de maio de 1989, e me tornei uma das fundadoras juntamente com outros que apostavam no poder da união contra a discriminação. A luta contra a morte civil ganhava força e aliados. A solidariedade era despertada por meio de entrevistas, palestras, boletins, revistas e jornais. A sociedade deveria aprender que indivíduos vivendo com HIV continuam sendo cidadãos. Herbert Daniel criou o slogan: ‘Viva a vida’, dito (ou gritado) em todos os eventos do grupo. Em um de seus livros ‘Vida antes da morte’, escrito em 1989, conta: ‘Quando adoeci, com uma infecção típica da aids, percebi que a primeira pergunta a ser respondida é se há vida, e qual, antes da morte. Querem matar os doentes de aids, condenando-os à morte civil’. Seu companheiro, Cláudio Mesquita, também militante, escreveu: ‘Sim, nós estamos com aids aqui em casa. Fato triste, como é triste qualquer mal que não tenha resposta da sociedade. Se nos livrarmos da culpa que não temos, se nos livrarmos da agonia degenerativa que não vemos, se nos livrarmos da solidão clandestina que não devemos, seremos apenas pessoas como sempre, que já viveram algumas doenças e, com certeza, ainda viverão outras, até que morram de uma delas. Como todo mundo, aliás’. Herbert Daniel exerceu grande



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

influência em muitos de nós. Fico me lembrando de suas frases. Recentemente, recebi pelo celular esse trecho de um de seus livros, escrito em 1990: ‘...gostaria de agradecer de público ao Walter Almeida, a Rosamélia Cunha e a Marcia Rachid, que me ensinaram que o AZT não se toma com ilusões. Deve ser ingerido com solidariedade e consciência’. O tempo retrocedeu ao reler. Parecia que o ouvia. O Pela Vidda continua seguindo seu rumo. Os desafios não são poucos. Os progressos desejados parecem quase estacionados em certos aspectos. O diagnóstico continua tardio e ainda é alta a mortalidade, principalmente de jovens, transexuais e travestis. Em 24 de maio de 2019, o grupo completou 30 anos (Rachid, 2024, p. 23-24).

Ao afirmarem a solidariedade como um *ethos* que os/as conduz pela sensibilidade, ao despertarem para a construção de consciências políticas e coletivas e ao reafirmarem o valor da vida, as obras-vidas de Herbert Daniel e Marcia Rachid ecoam como uma disputa simbólica e política contra as compreensões sociais que insistem em relegar as PVHA à condição de cidadãos/ãs de segunda categoria ou ao ostracismo social, tratando seus corpos como positivados e vetores da aids (Nolasco & Bernardes, 2023). A partir do ativismo de Daniel e Rachid, somos interpelados a confrontar os saberes-fazer em torno do hiv/aids e evidenciar os componentes políticos, ideológicos e necropolíticos que os enredam ao longo de cinco décadas. Ao questionar a vontade de verdade dos dispositivos produtores de exclusão e estigmatização, apostamos em linhas de fuga afirmadoras de vida das PVHA.

A problemática do hiv/aids, desde seu surgimento, revela as tensões profundas entre a biomedicina, a construção social de diagnósticos e os efeitos biopolíticos que tais categorizações acarretam na vida de grupos marginalizados – aqui por marginalizados, consideramos que, historicamente, as dissidências sexuais e de gênero estiveram associadas à doença. Nesse sentido, trata-se de pensar o quanto, ao longo da história, o saber biomédico hegemônico esteve comprometido com a estigmatização de certos sujeitos e coletivos, com o controle dos corpos, com o governo das populações (Foucault, 1979).

Os estigmas relacionados à aids ganharam força nos anos 1980 e foram rápida e facilmente aproximados dos corpos que receberam as suas alcunhas, tal eficiência de aproximação do corpo deveu-se aos séculos de experiências com estigmatizações e hierarquizações que dominaram o Brasil. O cu, mais uma vez, foi cooptado pela estigmatização para fazer com que os corpos que produzissem prazer com ele fossem cercados como os culpados pela epidemia de aids. Este foi um golpe certo para o fortalecimento da hierarquia que



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

protegeu (nem tanto assim) a heterocisnorma: o sexo anal produziu o corpo homossexual como desviante da norma do sexo reprodutivo e a aids transformou ambos, o cu e o homossexual, nos responsáveis pelo seu surgimento e pela ameaça à família e aos bons costumes. Tudo numa tacada só! Muito bem articulado pelo cristianismo, pela medicina e pela mídia: um sistema de explicação de um novo vírus produziu um corpo responsabilizado pelo seu surgimento; uma prática sexual foi utilizada para separar os corpos que devem morrer daqueles ameaçados pelos anormais, doentes, portadores do vírus, grupos de risco. Quantos nomes foram necessários para estigmatizar um corpo, uma vida, uma sexualidade, um gênero, uma comunidade inteira...? (Carvalho, 2022, p. 340-341).

A crítica de Georges Canguilhem sobre os limites das classificações biomédicas é central para pensar como a medicina e a epidemiologia, ao longo do tempo, exerceram poder sobre a definição do normal e do patológico, com implicações que vão muito além da saúde física. Para Canguilhem (2009), as categorias biomédicas não são neutras ou meramente técnicas, mas resultam de decisões culturais e políticas que envolvem valores sociais e ideológicos.

No contexto do hiv/aids, a biomedicina, ao classificar corpos e identidades como “doentes” ou “de risco”, produziu (e ainda produz) um impacto direto na forma como certos grupos sociais – particularmente homossexuais, pessoas trans, negros, usuários de drogas e trabalhadores sexuais – são estigmatizados e marginalizados. Essa construção de diagnósticos faz parte de uma estratégia biopolítica que define quais vidas são valorizadas e quais são relegadas à esfera da precariedade (Butler, 2015). A abordagem foucaultiana da biopolítica ressalta como o controle da saúde e da doença pode ser um mecanismo de regulação social, alijando ainda mais aqueles que já estão à margem (Foucault, 1979).

A expressão ‘síndrome de imunodeficiência adquirida’ é tão pomposa quanto vaga. Com palavras solenes que querem dizer coisas demais, no fundo não diz coisa nenhuma. Trata-se seguramente de um formidável exemplar da retórica médica. Sabemos como essa retórica corre para obturar, com um sonoro palavrão erudito, o buraco da própria ignorância. Ali onde pulsa a dúvida e a incerteza, o jargão, com sua arrogância, tranquiliza a inquietação com uma expressão que se quer a verdade, ou a expressão de quem possui a verdade. A palavra, frágil véu da incerteza, torna-se a palavra de verdade e passa a funcionar por si mesma, como uma espécie de absoluto, o éter que preenche o vazio que o saber totalitário abomina. Por não se referir exatamente a coisa nenhuma, a palavra passou a deslizar sobre múltiplos significados, construindo um significante para fissuras sociais anteriormente sem denominação exata. A



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

Aids torna-se, de fato, a síndrome de nossos dias (dias é anagrama de Aids, esclarecedora coincidência) (Daniel, 2021, p. 40).

Não à toa, anteriormente a Foucault (1979), Canguilhem (2009) já havia elaborado uma crítica contundente ao paradigma dos discursos e práticas dos saberes médicos vigentes na produção de diagnósticos, questionando a forma como o conceito de “normalidade” é estabelecido na medicina e nas ciências biológicas. Para o autor, a medicina tradicional, ao estabelecer a distinção entre “normal” e “patológico” como categorias naturais, fixas e universais, comete o equívoco de naturalizar esses conceitos, sem perceber que são, na verdade, construções sociais e históricas. Ele argumenta que o normal e o patológico são entendidos de maneira diferente dependendo do contexto cultural, histórico e científico, e que o que é considerado “normal” em um momento pode ser considerado “patológico” em outro.

Diferentemente da concepção binária e estática de normal e patológico, Canguilhem (2009) sugere que essas duas categorias são interdependentes e dinâmicas, revelando saberes outros com características socioculturais bem próprias. Ele afirma que a saúde não é simplesmente a ausência de doença, mas um estado em que o organismo se adapta constantemente a variações. Em outras palavras, a patologia não é uma ruptura absoluta da normalidade, mas uma variação ou desvio das condições normais e que possui características socioculturais, políticas e ideológicas em relação à hierarquização do que é normal ou patológico. Essa perspectiva enfatiza que a doença também pode ser uma maneira de o organismo se ajustar ou resistir a situações adversas, oferecendo uma nova leitura sobre o papel da doença na vida.

Atento à dimensão de singularidade dos corpos (“organismos”), Canguilhem defende que cada organismo estabelece seus próprios parâmetros de normatividade, ou seja, que o normal é aquilo que permite ao organismo viver e se adaptar. Assim, o “normal” não é algo externo e imposto pela medicina ou pelas ciências biológicas, mas algo que depende da experiência concreta do organismo. Esse enfoque é uma crítica direta à visão mecanicista da medicina, que trata o corpo como uma máquina, em que as disfunções são vistas apenas como defeitos a serem corrigidos.



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

Canguilhem (2009) também critica a utilização de métodos estatísticos como base para a determinação do que é normal ou patológico. Ele afirma que a simples referência a médias e variações estatísticas na população não é suficiente para definir a saúde ou a doença, uma vez que isso ignora a individualidade e a variabilidade própria de cada organismo. A normalidade, segundo ele, não pode ser simplesmente o estado mais frequente em uma curva estatística, pois isso desconsidera as condições únicas e a autonomia biológica de cada sujeito. Nesse sentido, o autor acaba por desmistificar também a suposta “neutralidade” e “objetividade” da medicina e das ciências da vida. Ele sugere que a prática médica não está livre de valores, já que, ao definir o que é normal e o que é patológico, a medicina impõe valores sociais e culturais sobre os corpos. O que é considerado uma doença pode, em muitos casos, refletir preconceitos sociais ou políticos, como é o caso de certas condições que foram patologizadas ao longo da história (como a homossexualidade, por exemplo).

Para Canguilhem (2009), a doença não deve ser vista apenas como uma disfunção ou um desvio, mas também como uma experiência criativa do corpo. Através da doença, o organismo revela a sua capacidade de redefinir novos modos de vida. A patologia, dessa forma, pode ser uma oportunidade para o organismo estabelecer novas normas de funcionamento que o permitam sobreviver a novas condições. Com isso, ele se afasta da visão negativa da doença como algo exclusivamente a ser evitado ou eliminado, destacando que a vida é, por natureza, criativa e adaptativa. Assim, o autor rejeita a ideia de que a vida possa ser reduzida a mecanismos físico-químicos, como muitas vezes ocorre na medicina e nas ciências biológicas. Ele insiste que a vida é uma atividade normativa que continuamente cria suas próprias regras e valores. O organismo vivo, para ele, não é apenas um sistema passivo, mas sim um agente ativo que redefine constantemente o que é “normal” para si.

Ao desafiar o paradigma médico cartesiano, que tende a conceber o corpo humano como uma máquina que pode ser diagnosticada e reparada com base em leis fixas e universais, a obra de Canguilhem se aproxima das reflexões da filósofa Susan Sontag (2007). Em sua obra *Aids e suas Metáforas*, a autora reflete sobre como a aids, em



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

vez de ser entendida exclusivamente por meio de explicações biomédicas, foi revestida de metáforas mortais. Assim, a doença passou a ser vista como uma “punição” moral, um marcador de sujeira e decadência, o que exacerbou os efeitos do estigma e da exclusão social. Essas metáforas reforçaram a marginalização e afetaram profundamente a vida das PVHA, muitas vezes privando-as de cuidado, compaixão e solidariedade. Assim, a interseção entre medicina e linguagem é revelada como um terreno fértil para a perpetuação de opressões. E merece, portanto, ser tensionada e disputada.

Doente, a gente fica. Morrer, toda a gente vai. No entanto, quando se tem Aids, dizem más e poderosas línguas que a gente é ‘aidético’ e, para fins práticos, carrega um óbito provisório, até o definitivo passamento que logo virá. Eu, por mim, descobri que não sou ‘aidético’. Continuo sendo eu mesmo. **Estou** (*sic*) com Aids. Uma doença como outras, coberta de tabus e preconceitos. Quanto a morrer, não morri: sei que Aids pode matar, mas sei melhor que os preconceitos e a discriminação são muito mais mortíferos. Quando morrer, que a morte me seja leve, mas não me vou deixar matar pelos preconceitos. Estes matam os doentes de Aids, condenando-os à morte civil. Por isto, desobedientemente, procuro reafirmar que estou vivíssimo. Meu problema, como o de milhares de outros doentes, não é reclamar mais fáceis condições de morte, mas reivindicar melhor qualidade de vida. Problema, aliás, que é comum à quase totalidade dos brasileiros (Daniel, 2021, p. 21 – *grifo do autor*).

Reiteramos: por uma sentença de vida!

A questão do valor da vida é levada adiante por Judith Butler (2015), particularmente em *Quadros de Guerra*, em que ela discute a noção de “vidas passíveis de luto” – afinal, quais vidas são vistas como dignas de luto, de reconhecimento e de proteção? Ao longo dos 40 anos de história da epidemia, a vida das PVHA foi – e muitas vezes continua sendo – tratada como descartável, passível de esquecimento ou de desprezo. O biopoder, nesse sentido, regula a distribuição de luto, determinando quem merece a atenção pública e quem é deixado à invisibilidade (Oliveira & Rossi, 2024). A relação entre o hiv e essas vidas precárias reforça a importância de uma crítica à biopolítica que inclua a luta pela dignidade e visibilidade das PVHA.

Essa análise revela a urgência de uma politização do campo médico e biomédico. As práticas médicas e epidemiológicas não são isentas de valores políticos, como mostrado por Thomas Laqueur (2001) em *Inventando o Sexo*. Ao estudar a história do



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

corpo e da sexualidade, Laqueur evidencia que a ciência médica está profundamente enraizada em convenções culturais e ideológicas. A ciência, portanto, não é um campo puramente técnico, mas é atravessada por ideologias que moldam suas práticas e discursos. Assim, qualquer leitura da medicina, incluindo a epidemiologia do hiv, deve ser situada e criticamente avaliada à luz das formas de poder que a produzem.

A crítica às classificações biomédicas, à medicalização da vida e às metáforas que circundam o hiv deve nos levar à necessidade de uma revisão crítica das práticas e pressupostos do campo biomédico de modo geral e epidemiológico de modo particular. Uma politização da medicina, que considere as vidas marginalizadas e os efeitos das classificações sobre esses sujeitos, é um passo essencial para desafiar as opressões que continuam a circundar a saúde e a vida de PVHA. A produção científica precisa ser constantemente desnaturalizada e reavaliada, lembrando que, longe de ser neutra, está imersa em disputas ideológicas que afetam diretamente os corpos e as subjetividades.

Herbert Daniel (2021) e Herbert Daniel & Richard Parker (2018) compreenderam a importância de tal genealogia crítica desde o auge da epidemia ao longo das décadas de 1980 e 1990, alertando para a necessidade de reconhecimento da produção social da aids. Em *Aids: A terceira epidemia*, Daniel & Parker fazem coro à afirmação de Jonathan Mann, em discurso proferido à Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, de que a epidemia da aids passaria por três fases: a infecção (primeira epidemia), o agravamento (aids) (segunda epidemia) e, por fim, as reações sociais (terceira epidemia).

Sem ignorar a complexidade do debate no âmbito da saúde, os autores, inspirando-se em Mann, problematizam as imagens sociais em torno da aids e seus efeitos nefastos na garantia de direitos, acessos e reconhecimento de quem vivia (e ainda vive) com hiv. Nas palavras dos autores,

Misturando preconceitos populares, e teorias científicas de tal modo que se tornava impossível distinguir uns das outras, essas diferentes representações parecem ter interagido uma sobre as outras através do tempo, reforçando-se mutuamente e influenciando profundamente as maneiras com as quais a sociedade brasileira tem respondido à epidemia (Daniel & Parker, 2018, p. 17).

Décadas se passaram, e graças à intensa mobilização de ativistas, acadêmicos/as, pesquisadores/as, organizações não governamentais, dentre outros, políticas públicas



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

de saúde para PVHA foram construídas e direitos garantidos – acesso à Terapia antirretroviral (TARV), testagem rápida, Profilaxia Pós-Exposição (PEP), Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e direito ao sigilo na condição sorológica, por meio da Lei 14.289/2022. Aos poucos a compreensão de que a condição de viver com hiv seria uma condenação à morte foi se transformando (Nolasco, 2024; Corrêa Junior, 2023). Com o uso diário dos novos antirretrovirais, emerge o discurso sobre a cronificação do vírus e o distanciamento da aids como uma doença fatal; também surgem discursos que promovem novas práticas e processos de subjetivação e emancipação em relação ao desejo e ao prazer (Bezerra & Silva, 2019).

Aqui chamamos atenção para a importância da produção acadêmica de pesquisadores-ativistas, que, a partir de uma diversidade metodológica e disciplinar, têm oportunizado na contemporaneidade uma torção no modo de compreender e analisar a temática do hiv/aids. Na tese intitulada *Experiências de um Corpo-Positivado: Tensões entre Corpos Vetores e Corpos Políticos no Campo da AIDS*, o psicólogo Gabriel Luis Pereira Nolasco (2024) promove uma análise profunda das complexas interseções entre corpos, poder, política e a epidemia de hiv/aids no tempo presente, construindo memórias não lineares, mas cartográficas que experienciam dimensões políticas, singulares e comunitária da aids na capital do estado de Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste. Ao se utilizar das metáforas corpos-positivados, corpos-vetores e corpos-políticos, o pesquisador desvela práticas, estratégias e políticas de saúde sem perder de vista intensos e dinâmicos modos de produção de vida.

A partir da apresentação de um percurso cartográfico de sua atuação ativista em uma OSC por meio de ações em diferentes territórios da cidade de Campo Grande (MS), Nolasco oportuniza a visibilização das experiências singulares e coletivas em torno do hiv. Sua tese é um convite a olhar o “mesmo” (uma temática já consolidada) a partir de outros horizontes éticos, estéticos, políticos. Ao interseccionar e tensionar corpo-político e corpo-vetor na cena da política de hiv/aids no Brasil, fornece uma perspectiva crítica sobre a gestão da vida, especialmente em contextos marcados pela reiteração de tantas violências machistas, sexistas, homofóbicas, transfóbicas, dentre outras. Ao apresentar a



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

história e a narrativa de uma de suas interlocutoras, Beatriz, e sua aliança de vida no cuidado e autocuidado com seu companheiro, desvela e (d)enuncia as biopolíticas geradoras de exclusão e que se revelam concretamente na falta de oportunidade, na imposição de subemprego, em processos de criminalização da pobreza, no racismo de estado evidenciado nas políticas de morte. Como não perder de vista que por trás da urgência de uma pessoa vivendo com hiv há também outras urgências? Em outro momento da tese, apresenta a carta-denúncia da paciente do CTA e, por meio dela, nos oportuniza pensar e reconhecer as potentes estratégias de resistências contrassorofóbicas que reivindicam o direito ao acesso e ao reconhecimento.

Ao concluir a tese apostando na educação popular como estratégia de resistência e comunicação, Nolasco nos convida a uma análise que escape de um enquadre maniqueísta, dicotômico e culpabilizador. Deste modo, convida-nos a olhar para desafios e dificuldades de acesso de pessoas que vivem com hiv aos cuidados de/em saúde, e para as tensões e contradições que os atravessam, como barreiras porosas, passíveis de serem fissuradas a partir de uma política de aliança de vida e não de morte. Nesse compromisso ético-político, colocar-se em movimento-com, como na ocasião em que o pesquisador se propõe a acompanhar uma profissional do sexo no equipamento de saúde para o acesso à PEP, reafirma que as políticas e os projetos de morte não têm a última palavra.

Do mesmo modo, a tese *O trânsito entre armários: encontros entre ativismo, hiv e Arte no Brasil*, de autoria do psicólogo e sanitarista Salvador Pereira Campos Corrêa Junior (2023), traz importante contribuição ao campo de estudos sobre hiv/aids no Brasil ao privilegiar um olhar a partir de um ponto pouco explorado: a arte e os ativismos. A tese é um instigante convite à compreensão do hiv/aids para além de uma análise meramente epidemiológica e/ou restrita ao campo da saúde. Ao olhar para a trajetória de artistas que vivem com hiv, Corrêa Junior nos permite pensar e compreender o lugar dos aspectos políticos, simbólicos, éticos, estéticos, dentre outros, que também atuam com e para além do vírus e/ou do estado sorológico dos sujeitos. Em vários momentos da tese, o autor atualiza o grito de afirmação da potência da vida já



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

presente nos escritos de Herbert Daniel (2021; 2018) e vai além. Por meio dos depoimentos e narrativas de seus interlocutores, todos artistas, a própria constituição de um cuidado de si se torna possível para além do vírus.

Nesse percurso ético-político, Côrrea Junior (2023) investiga as interseções entre arte, ativismo e saúde nas narrativas de vida de artistas que vivem com hiv e que abordam essa temática em suas obras. O autor utiliza sua própria história para explorar os trânsitos entre armários sociais, embasando-se em conceitos como a epistemologia do armário e o ativismo. Em cena, a arte como um “antirretroviral social”, capaz de desconstruir ideologias e transformar realidades estigmatizadas. Ou seja, enquanto uma estética da existência, um *ethos*, esses artistas produzem sua arte não como algo instrumental, mas trata-se de tornar a própria vida uma poiésis, uma obra de arte viva. Produzir uma verdadeira contraconduta nos termos foucaultianos, tudo isso para além do hiv.

Outro aspecto importante evidenciado no trabalho de Côrrea Junior (2023) é a dimensão coletiva que brota na trajetória de vida de seus interlocutores. Assim, se a experiência de ser pessoa vivendo com hiv é experimentada de modo singular, sentidos e cuidados só podem ser acessados e produzidos a partir de uma dimensão de coletividade que é encarnada na noção de solidariedade (Seffner & Parker, 2016). Nessa configuração, a própria noção de armário também é ressignificada. Se historicamente diferentes versões do *coming out* têm sido um dos principais dispositivos de violência contra pessoas LGBTQIA+ que vivem com hiv (Duque & Seffner, 2022), a arte enquanto promotora de cura, apoio e solidariedade pode constituir-se (como tem se constituído) como ferramenta-antídoto para a produção de outros regimes de visibilidade e reconhecimento.

Considerações finais

Saí daquele consultório transtornado. Quarenta segundos de Aids! Escapei. Cláudio, meu companheiro, me esperava aqui fora. Meus amigos me esperavam. A vida me esperava. E librei-me daquela pavorosa doença que me matou por quarenta segundos. Escapei. Com a convicção de que é preciso libertar desse jugo outros doentes. A Aids real é um caso muito sério para ser tratada por



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

‘médicos’, por essa medicina que a Aids veio provar que faliu. De resto, é a vida. A cada quarenta segundos. Intensamente (Daniel, 2018, p. 36).

Para concluir, ressaltamos a necessidade de repensar os discursos biomédicos dominantes sobre o hiv/aids à luz das práticas de resistência e das lutas por autodeterminação das PVHA. Ao analisar as formas de ativismo e os discursos políticos que emergem no enfrentamento desses regimes de verdade, buscamos evidenciar a importância do engajamento com uma perspectiva interdisciplinar que desnaturalize as normatividades biomédicas. Esse enfoque permite observar como gênero, sexualidade, raça, classe e outras interseccionalidades impactam as experiências de vida das PVHA (Duarte & Rohden, 2019), enquanto as práticas de mobilização e solidariedade ampliam a noção de saúde para além do biológico, afirmando as potências de vida e as identidades dissidentes (Seffner & Parker, 2016). Ao colocarmos em diálogos os campos da saúde coletiva, das ciências sociais e da psicologia, quisemos fortalecer a construção de um campo de investigação que desafie os limites do saber-poder biomédico e promova abordagens críticas que afirmem vidas plurais e dignas para além da patologização.

Assim, diante da urgência de uma contra-abordagem aos discursos biomédicos hegemônicos, que atuam na constituição de corpos, desejos e vidas na cena do hiv/aids por meio de dispositivos de poder e controle, buscamos, através das narrativas de vida, luta e resistência de Herbert Daniel (2018) e Marcia Rachid (2024), expor as distintas formas de violência e violações – tanto simbólicas quanto reais – que tentam subjugar as vidas das PVHA, reduzindo-as à discriminação e ao estigma, em uma espécie de “morte civil” imposta por uma medicina que governa os corpos. Mais do que nunca, é preciso reconhecer que o enfrentamento ao hiv/aids não é apenas uma questão técnica, mas profundamente política, atravessada por relações de poder que perpetuam desigualdades, exclusões e silenciamentos.

É fundamental perceber que, por trás de uma categoria genérica como PVHA, existem histórias, trajetórias e narrativas tecidas em corpos situados e atravessados por marcadores raciais, étnicos, etários, de gênero, identidade de gênero, classe, deficiência,



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

entre outros. Esses marcadores “[...] se articulam na produção de diferentes experiências e percepções de desvantagens, mas também de privilégios [...]” (Spadacio *et al.*, 2024, p. 6).

Ao tensionar os saberes biomédicos, este artigo questiona o saber-poder da medicina na definição de o que significa viver e conviver com o hiv/aids. Nesse sentido, buscamos estabelecer outros *ethos* a partir das experiências compartilhadas e dos saberes produzidos nas margens – pelos(as) ativistas, PVHA e pesquisadores comprometidos com o enfrentamento à epidemia nas últimas quatro décadas. Esses saberes emergem como formas de resistência, desafiando contextos e práticas coloniais que não apenas patologizam corpos marginalizados e dissidentes em busca de uma vida digna e tranquila, mas também se configuram como projetos necropolíticos de produção de uma “morte civil”. O ativismo de Herbert Daniel e Marcia Rachid, assim como o de tantos outros, revela que a luta no enfrentamento ao hiv/aids não é apenas pela saúde, mas também pela autonomia, pela autodeterminação e pela afirmação de outros modos de viver que rompem com a lógica colonial da norma e da exclusão.

Ainda assim, mesmo após quatro décadas e inúmeros avanços, como o tratamento como prevenção (TASP), que é tecnicamente eficaz, seu potencial emancipador só pode ser plenamente realizado quando compreendido a partir de uma perspectiva que transcenda a biomedicina, adotando uma visão de cuidado e acesso integral à saúde, incluindo a descolonização das relações e práticas em saúde. A resistência ao estigma, à discriminação e à exclusão deve ser um movimento contínuo, no qual as ciências humanas e sociais desempenham um papel essencial na desconstrução dos saberes-poderes que regulam a vida das PVHA.

Concluimos, assim, com a convicção de que a luta por direitos e dignidade para as PVHA é, acima de tudo, uma luta pela vida em todas as suas dimensões – uma vida que não se limita a sobreviver sob o espectro do vírus, mas que reivindica, a cada urgência cotidiana, condições para um bom viver. Como expressam Herbert Daniel & Richard Parker (1991, p. 7): “[...] a AIDS é a síndrome dos nossos dias atuais. Temos que



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo
Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

renomear nossos dias, para evitar inclusive que dias e AIDS sejam anagramas. Outras letras, para escrever tempos outros”.

Referências

Bezerra, Vladimir Porfírio & Silva, Vera Lucia Marques da. Bareback, risco e prazer na perspectiva de usuários da profilaxia pré-exposição (PREP) ao hiv: um estudo netnográfico. *In: Oliveira, Thiago & Maia, Helder Thiago. (Orgs.) Práticas Sexuais: itinerários, possibilidades & limites de pesquisa.* Salvador: Devires, 2019. p.232-248.

Butler, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Canguilhem, Georges. **O normal e o patológico.** 6 Ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Carvalho, Vina di. Perseguir estigmas pelo corpo. *In: Puccinelli, Bruno; Fernandes, Fábio de Sousa & Fontes, Ramon Victor Belmonte. (Orgs.). Aids sem capa: reflexões virais sobre um mundo pós-pandemia.* Salvador: Devires, 2022. pp. 327-344.

Corrêa Junior, Salvador Pereira Campos. **O trânsito entre armários:** encontros entre ativismo, HIV e Arte no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Rio de Janeiro: IFF/ Fundação Oswaldo Cruz, 2023.

Daniel, Herbert. **Vida antes da morte.** 4 Ed. - Rio de Janeiro: ABIA/UNAIDS, 2021.

Daniel, Herbert & Parker, Richard. **Aids:** a terceira epidemia – Ensaio e tentativas. 2 Ed. - Rio de Janeiro: ABIA/UNAIDS, 2018.

Duarte, Larissa Costa & Rhoden, Fabiola. As histórias que podem ser contadas: a feminização da epidemia HIV/AIDS e a produção de narrativas científicas. **Em Construção**, n. 5, p. 22-36, 2019.

Duque, Tiago & Seffner, Fernando. A epistemologia do segundo armário: canais de gays hiv+ no Youtube como artefatos pedagógicos. **Vivência – Revista de Antropologia**, n. 60, p. 95-115, 2022.

Foucault, Michel. “O nascimento da medicina social”; “O nascimento do hospital”. *In: Foucault, Michel. Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979. p. 79-111.

Foucault, Michel. **A história da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Green, James Naylor. **Revolucionário e gay:** a extraordinária vida de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



“Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo

Esmael Alves de Oliveira, Gabriel Luis Pereira Nolasco & Marcos Nascimento

Jardim, Eduardo. **A doença e o tempo: aids, uma história de todos nós.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Laqueur, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Nolasco, Gabriel Luis Pereira; Bernardes, Anita Guazelli. Tensões entre corpos vetores e corpos políticos. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 16, n. 3, p. 14-26, 2023.

Nolasco, Gabriel Luis Pereira. **Experiências de um corpo-positivado: tensões entre corpos vetores e corpos políticos no campo da aids.** Tese (Doutorado em Psicologia), Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2024.

Oliveira, Esmael Alves de & Rossi, João Victor. Monstruosidades, abjeções e resistências na(s) Fronteira(s): um olhar antropoló(fá)gico. *In*: Sathler, Conrado Neves. (Org.). **Ensino nas fronteiras: formação política e profissional.** Itapiranga: Schreiber, 2024. p. 91-105.

Paiva, Vera Silvia Facciolla & Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Direitos humanos, vulnerabilidade e reflexão crítica sobre prevenção do HIV/aids em contexto de sindemia. **Cad. Saúde Pública**, n. 39, 2023.

Rachid, Marcia. **Sentença de vida: histórias e lembranças: a jornada de uma médica contra o vírus que mudou o mundo.** 3 Ed. - Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2024.

Seffner, Fernando & Parker, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. **Interface: Comunicação, saúde e educação**, v. 20, n. 57, p. 293-304, 2016.

Spadacio, Cristiane et al. Nas intersecções: operacionalizando análise temática interseccional em prevenção ao HIV. **Rev. Saúde Pública**, v. 58, supl. 1, p. 1-10, 2024.

Sontag, Susan. **Aids e suas metáforas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.